

O Enigma dos Submarinos

(Nordeste do Brasil, 1942)

*José Fernando de Maya Pedrosa**



Os torpedeamentos de cinco mercantes brasileiros sem declaração de guerra foram a causa imediata da nossa beligerância contra o Eixo. Este artigo ajuda o leitor a fazer o seu próprio julgamento sobre a versão segundo a qual os torpedeamentos teriam sido efetuados por submarinos norte-americanos, a fim de forçar o Brasil a tomar partido na guerra do lado dos aliados.

O FATO E SUA ORIGEM

Todos reconhecem que os torpedeamentos de agosto de 1942, ocorridos no litoral de Sergipe e Bahia, ocupam lugar importante na História contemporânea do País.

Para entendermos melhor o quadro brasileiro mundial em que aqueles fatos ocorreram, teremos de focalizar o período que durou de 1934 a 1942, primórdios e início da Segunda Guerra Mundial. E então encontrarmos uma resposta para uma pergunta inquietante que, ainda hoje, paira na mente dos nordestinos: *Terão sido mesmo os alemães os autores daqueles afundamentos?*

Sabe-se que os torpedeamentos dos cinco mercantes brasileiros, sem aviso ou declaração de guerra (*Baependi, Araraquara,*

Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará), foram causa imediata da beligerância brasileira contra o Eixo, como que o desaguar violento de um rio no oceano, depois de percorrer as margens de um curso acidentado e cheio de ilusões.

Vivemos em Maceió uma revolta popular contra os descendentes de alemães e italianos, de resto contra os simpatizantes do nazifascismo.

Ficaram indelévels na memória dos alagoanos as agressões a uma família pacífica e obreira de descendentes de italianos na Rua Silvério Jorge, os prisioneiros nazifascistas em trabalhos forçados de limpeza e reparos na cidade, os naufragos do *Itapagé* chegando à Cruz Vermelha ensanguentados, no cruzamento da Rua do Imperador com o trilho do trem, em setembro de 1943. Em todo o Brasil explodi-

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Sócio Titular do IGHMB.

ram os protestos contra a Alemanha e pediu-se a beligerância contra o Eixo.

E, então, Maceió transformou-se numa praça de guerra, dois batalhões de infantaria, um grupo de artilharia de São Paulo, marinheiros, aviadores e soldados norte-americanos nas bases da Levada e do Tabuleiro, os dirigíveis *blimps*, os aviões cor de alumínio brilhando pelos ares, as luzes dos automóveis e bondes pintadas de preto, os *blackouts*, os alarmes sonoros, os comboios, os navios de guerra.

Finalmente, tudo se foi. Tudo terminou quase sem deixar vestígio, restando muito pouco daqueles três anos de guerra: o jeito informal dos americanos, a Coca-Cola, o namoro agarradinho, o desejo de viver bem, de sermos um dia ricos como eles.

Mas, no fundo dos espíritos de muitos brasileiros, especialmente do Nordeste, restou a convicção de que os afundamentos de agosto foram obra dos submarinos norte-americanos.

Há um aspecto crítico nessa história dos submarinos.

Diante da importância da participação brasileira combatendo pelos Aliados - soldados, marinheiros e aviadores sacrificados no duro cumprimento de seus deveres - torna-se necessário o esclarecimento dessa interpretação, para que não se incorpore a vergonha nacional de termos sido iludidos. De termos lutado e morrido por uma traição, ao lado dos traidores.

Começemos por perguntar a nós mesmos: O que poderia fundamentar tal convicção de tantas pessoas?

Ou seja, em outras palavras, o que teria levado os norte-americanos a uma operação de tamanho nível de clandestinidade

e traição, sacrificando 607 vidas inocentes naqueles mercantes?

A resposta é simples para os que acreditam naquela versão o Governo norte-americano desejava levar o Brasil à guerra contra o Eixo, dada a importância estratégica do Nordeste, quando o Governo brasileiro estava relutante, até inclinado para o nazifascismo.

O governo Vargas e seus generais e almirantes, segundo tais argumentos, eram germanófilos, ex-integralistas e jamais lutariam pelos americanos não fossem os torpedeamentos atribuídos aos submarinos alemães.

Essa foi a lógica - melhor dizendo - essa ainda é a lógica daquela fatia de nossa opinião.

Gostaria de iniciar este ensaio rememorando os fatos:

Outubro de 1930 - Termina a República Velha. Governo Provisório de Vargas.

Outubro de 1932 - Termina a Guerra Civil de São Paulo. Seguem-se a Constituição de 1934 e os conflitos entre fascistas e comunistas.

Julho de 1935 - Fechamento da Aliança Libertadora Nacional (esquerda).

Novembro de 1935 - Intentona Comunista. Propaganda do ódio com estímulo do Governo.

Novembro de 1936 - Visita do Presidente Roosevelt ao Rio de Janeiro.

Dezembro de 1936 - Surge o Pan-americanismo na Conferência de Buenos Aires. Adesão irrestrita do Brasil.

Novembro de 1937 - Estado Novo. Tem início a Ditadura Vargas.

Dezembro de 1937 - Fechamento da Ação Integralista Brasileira (direita).

Março de 1938 - O Embaixador alemão

- Karl Ritter foi considerado *persona non grata*. Ocupação militar das colônias alemãs no Sul. Fechamento de um partido nazista brasileiro.
- Maio de 1938 - Intentona Integralista ao Palácio Guanabara e quartéis. Nova onda de ódio e perseguições. Embaixada alemã suspeita de participação na Intentona.
- Fevereiro de 1939 - Visita do Ministro Osvaldo Aranha aos Estados Unidos. Acertos financeiros e promessas de aproximação militar. Ainda em 1939, visitas de Marshall ao Brasil e de Goés Monteiro aos Estados Unidos.
- Setembro de 1939 - Início da Segunda Guerra Mundial. Polônia invadida. Inglaterra rompe com o Eixo e bloqueia o Atlântico Norte.
- Novembro de 1939 - *Planos Rainbow* (EUA) planejam a ocupação do Nordeste. Reações do Governo brasileiro às abordagens dos EUA. Início das negociações militares Brasil-EUA.
- Junho de 1940 - França, Bélgica e Holanda são invadidas pela Alemanha.
- Discurso de Vargas contra o liberalismo. Entretanto, nota do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP reafirma solidariedade continental do Brasil.
- Julho de 1940 - II Reunião de Chanceleres em Havana - Irrestrita solidariedade continental.
- Outubro de 1940 - Acordo de Cooperação Militar Brasil-EUA. Cria-se uma Comissão Militar Mista Brasil-EUA para o planejamento de defesa comum. Fornecimento de armas. Levantamento aéreo do Nordeste pelos EUA. Objetivo: construção de bases aéreas e navais dos EUA.
- Dezembro de 1941 - Ataque japonês ao Havaí. Solidariedade brasileira. FT3 dos EUA já operava com base em Recife. Antigas *Patrulhas da Neutralidade*, agora beligerantes da 4ª Esquadra dos EUA.
- Janeiro de 1942 - III Reunião de Consulta de Chanceleres no Rio de Janeiro. Discurso acusatório de Osvaldo Aranha contra o nazifascismo. Rompimento de relações diplomáticas do Brasil com o Eixo.
- Fevereiro de 1942 - Início dos torpedeamentos de nossos mercantes pelo Eixo. Foram 13 afundamentos com 135 mortos no Caribe e no Atlântico Norte. Governo alemão assume a responsabilidade.
- Agosto de 1942 - Campanha submarina no Nordeste. Beligerância brasileira contra os países do Eixo. A Alemanha não protesta contra os motivos brasileiros.

NEUTRALIDADE SUSPEITA

De fato, o Governo brasileiro, durante o início do período revolucionário de 1930 até o Estado Novo, em novembro de 1937, pela própria natureza do regime, a *Nova Ordem* corporativista, centrada no culto da personalidade e na propaganda estatal, duvidava da excelência dos partidos políticos e da imprensa livre, acreditava na ingerência governamental nos sindicatos, como outorgante de uma constituição copiada da Itália de Mussolini, tendo o comunismo como o *armagedon*. Nada mais lógico que se pensasse que o oficialismo nacional era a cópia do nazifascismo europeu.

Um pouco antes, Getúlio Vargas, saltando entre o arbítrio e a obediência à Constituição anódina de 1934, enfrentou a conspiração de Carlos Prestes (treinado para a Revolução no *Comintern*), tornou clandestina a Aliança Libertadora Nacional de um milhão de socialistas e comunistas (julho, 1935) e esmagou a Intentona Comunista de novembro de 1935. Havia colocado no cárcere 17 mil militantes de esquerda acusados de conspirar contra a ordem, apoiados pela União Soviética. Era parte verdade, parte propaganda do Governo, maquinações em busca de motivos para a instituição do arbítrio.

Logo a imprensa mundial identificou a tendência brasileira para o afastamento do liberalismo político, no momento em que as leis e decretos-lei eram feitos pelo arbítrio do Presidente e os integralistas desfilavam com milhares de *camisas-verdes* para as sacadas presidenciais ornamentadas por generais e almirantes, Plínio Salgado alçado a Condestável da República.

É preciso reconhecer que, nos anos de 1934 e 1935, enquanto o governo de Vargas abrigava muitos integralistas e teóricos do autoritarismo, deixava no ostracismo os liberais do modelo Rui Barbosa, os que acreditavam na liberdade de imprensa, no contrapeso das minorias, nas

eleições representativas, no federalismo e nos direitos da pessoa humana, idéias afastadas ou esquecidas.

Nas Forças Armadas, observava-se a mesma tendência, temperada ainda por certa simpatia pelos feitos econômicos e sociais da Alemanha recuperada. Nelas crescia a cotação do autoritarismo centrado num líder do tipo Franco ou Salazar, Mussolini e Hitler, cujo discurso apontava para uma mística militarista. Havia o impacto da Guerra Espanhola na mente de todos.

Pois bem, saltemos agora para o âmbito internacional, para sabermos o que pensavam do Brasil lá fora.

Na Embaixada alemã no Rio de Janeiro, o Embaixador Ritter e, por certo, os funcionários alemães tinham como certa a cooptação das autoridades militares, especialmente do General Dutra, Ministro da Guerra, e do General Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, e garantida a simpatia do Presidente Vargas pelo nazifascismo, inclinando-se para a Alemanha. É a opinião de historiadores brasileiros e de, pelo menos, quatro estrangeiros.¹

O adido militar alemão, General Günther Niedenfur, distribuía livremente, nas unidades do Exército e nos navios da Marinha, literatura de propaganda mi-

É preciso reconhecer que, nos anos de 1934 e 1935, enquanto o governo de Vargas abrigava muitos integralistas e teóricos do autoritarismo, deixava no ostracismo os liberais do modelo Rui Barbosa, os que acreditavam na liberdade de imprensa, no contrapeso das minorias, nas eleições representativas, no federalismo e nos direitos da pessoa humana, idéias afastadas ou esquecidas.

¹ Conn e Fairchild, o brasilianista Frank McCann Jr e Jürgen Rohwer, Diretor do Museu de História Contemporânea de Stuttgart, Alemanha.

litar do III Reich, livros, revistas, folhetos, álbuns fotográficos. Fazia conferências na Escola Militar do Realengo.

No meio civil, Ritter movimentava-se com desembaraço entre os integralistas e os colonos de origem alemã no Sul, onde havia o Partido Nacional-Socialista e onde trabalhavam alguns agentes e funcionários de propaganda da embaixada alemã.

No Departamento de Estado dos Estados Unidos os sentimentos em relação ao Brasil ainda eram ambíguos, por volta de 1937.

De um lado, o Subsecretário Summer Welles, influenciado durante meses pelo Embaixador Osvaldo Aranha, em Washington, e pelo Embaixador norte-americano Jefferson Gaffery, no Rio de Janeiro, acreditava que o governo de Vargas *ensaiava uma solução bem brasileira*, na qual não se impunha um alinhamento econômico, político e militar com a crescente Alemanha, nem o afastamento do Brasil dos seus vizinhos do continente.

Vargas chegou a dizer a Gaffery que usava os integralistas para contrapeso dos comunistas, e que logo ficaria livre deles também.

Afinal, era no Rio de Janeiro que a diplomacia norte-americana encontrava maiores facilidades em toda a América do Sul, considerando-se também que o Brasil fora aliado dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial como beligerante hemisférico. Sobretudo importava muito a posição pan-americanista do Governo brasilei-

ro confirmada por Roosevelt, ao passar pelo Rio de Janeiro, em novembro de 1936, repetida na Conferência de Buenos Aires, no mês seguinte, e em Lima em 1938.

Para a imprensa norte-americana o Estado Novo era uma *solução corrompida* do fascismo.

O Embaixador Aranha, muito realista e literal (embora estadonovista), conseguia atenuar a paisagem fascista do Governo.

Desde 1936, vinha dizendo que considerava os Estados Unidos a única alternativa válida para o comércio e a de-

fesa do Brasil, se fosse repetido o bloqueio dos mares em guerra europeia.

Certamente por influência dele, em janeiro de 1937, antes mesmo do Estado Novo, ficou documentada uma manifestação um tanto surpreendente do Governo brasileiro. Vargas, Presidente eleito pelo Congresso Constituinte de 1934, ofereceu ao Governo norte-americano autorização para que instalasse bases navais e aéreas em nosso território para a defesa do Canal do Panamá, assinalando a hipótese de um ataque ao continente, afirmando ainda que *os interesses vitais do Brasil* (neste caso) *estariam necessariamente envolvidos* (Frank McCann Jr, em *Aliança Brasil - Estados Unidos, 1937-45*, BIBLIEX).

Correspondência de Osvaldo Aranha para Summer Welles, em setembro de 1937, asseverava que os Estados Unidos tinham por obrigação tomar a seu cargo a defesa continental antes que a Alema-

Correspondência de Osvaldo Aranha para Summer Welles, em setembro de 1937, asseverava que os Estados Unidos tinham por obrigação tomar a seu cargo a defesa continental antes que a Alemanha o fizesse e arrebatasse a independência sul-americana.

nha o fizesse e arrebatasse a independência sul-americana.

No Peru, ano 1938, dezembro, o Brasil defendeu as teses norte-americanas de solidariedade continental, enfrentando as restrições da Argentina e redigindo entusiasticamente a famosa *Declaração de Lim* – solidariedade em caso de ataque externo.

Entretanto, admite-se, até então a ideologia do oficialismo brasileiro, oficialmente neutral como a dos Estados Unidos, sugeria inclinação para a Alemanha, situação que logo mudaria no correr do ano de 1938, especialmente depois do assalto integralista de Severo Fournier ao Palácio Guanabara, em maio.

EVOLUI A POSIÇÃO BRASILEIRA

O cenário brasileiro do Estado Novo, quando os poderes pessoais do Presidente Vargas foram ampliados, rasgada a Constituição de 1934, assinalou notável inflexão no relacionamento do Governo com os integralistas de Plínio Salgado. É para esta inflexão que chamo a atenção dos leitores. Vargas estava agora fortalecido e contando com o formidável apoio e confiança das Forças Armadas.

Os historiadores observam que a personalidade de Vargas já havia aflorado completamente e que um dos seus traços pessoais era o de não dividir poderes com facção política alguma.

Deu muitas demonstrações de que o crescimento da Ação Integralista era uma ameaça a sua posição, principalmente quando Plínio Salgado planejou uma marcha sobre o Rio de Janeiro com trezentos mil de seus seguidores, *para mudar o Brasil*.

O insucesso do Partido Comunista do Brasil na clandestinidade, evidenciado no fechamento da Aliança Nacional Libertadora e no fracassado *putsch* de novembro de 1935, era um alívio para o Governo, mas restava a ameaça da extrema direita.

Nesse pensamento, Vargas sentiu a concordância de seus generais mais chegados ao poder, alguns preocupados com a situação da Argentina e dos colonos alemães do sul. Estes, por sua vez, deram motivos de sobra para uma reação do Governo.

Alarmavam os militares e o próprio Vargas as manifestações pró-Alemanha daqueles colonos estimulados pelo Embaixador Ritter e por agentes de propaganda nazista, como o organizador e meio diplomata Hans Von Cossel, que terminou sendo expulso do País em fevereiro de 1938, enquanto Ritter era considerado *persona non grata* e mandado de volta.

Além de tudo isso, ofendiam o espírito de Vargas e de seus generais, de resto de todos os brasileiros de bom senso, os boletins das embaixadas brasileiras na Europa assinalando o discurso do Partido Nacional-Socialista Alemão, afirmando que se pretendia criar, no Brasil, uma *Grande Alemanha*, transformando um *Estado corrupto mestiço* no domínio alemão com *nova filosofia*.

No correr do ano de 1942 tal ambiente seria agravado pelo escândalo da espionagem na Artilharia de Costa do Rio de Janeiro, quando um capitão do Exército levou informações militares secretas para a Embaixada alemã. Preso em 1942, foi condenado a dez anos de prisão.

Como medida oportuna, antes mesmo da intentona de maio, Vargas nomeou o General Cordeiro de Farias para interven-

tor no Rio Grande do Sul, com a incumbência de desmontar o germanismo na região, incluindo Santa Catarina. Três regimentos foram deslocados para a área das colônias e obrigaram as escolas a ensinar o português. Era uma clássica medida de nacionalização de uma área que, na verdade, estava fora do contexto da unidade nacional.

No início do ano, maio e abril de 1938, dois decretos-leis restringiram dramaticamente o movimento cultural e político que a Embaixada de Ritter desenvolvia aqui, tendo ele classificado publicamente a atitude de Vargas como *dirigida contra a Alemanha como nação*. Uma sucursal do Partido Nacional-Socialista foi fechada.

Os ofícios arrogantes de Ritter ao Ministro Aranha diziam que os brasileiros descendentes de alemães eram súditos da Alemanha, o que feria a doutrina brasileira da unidade nacional, provocando a expressão de nosso ministro de que aquilo era uma *manifestação estereotipada da diplomacia inábil dos alemães*.

Todos, diplomatas alemães e seus simpatizantes no Brasil, estavam constrangidos com aquele fechamento inesperado da Ação Integralista Brasileira, em dezembro de 1937, enquanto Plínio Salgado manifestava a sua amargura em famosa carta a Vargas, e todos os seus auxiliares estavam no exílio ou nas prisões.

O relacionamento com a Alemanha fora prejudicado com as acusações da imprensa brasileira (diga-se, dirigida pelo Governo e influenciada pelos Estados Unidos) de que a Embaixada do III Reich influenciou na preparação do assalto integralista ao Palácio Guanabara, que quase sa-

crificou a vida do próprio Presidente e seus familiares. As prisões estavam repletas com dez mil integralistas simpatizantes do nazifascismo ou, pelo menos, assim considerados.

A imprensa alemã acusava Vargas de atender às pressões dos norte-americanos, considerando os alemães como *bodes expiatórios*.

Assim, quase terminado o primeiro ano do Estado Novo, a inclinação de Vargas e de sua equipe de governo para o III Reich alemão começava a retroceder, pressionados por uma nova realidade. Estava crescendo de prestígio no Governo a corrente que nos a aproximava dos Estados Unidos.

Desse clima de constrangimentos, nasceu a reversão estratégica e diplomática do Brasil. Passamos de uma neutralidade com inclinação para a Alemanha para uma neutralidade com aproximação continental com os Estados Unidos da América.

No Exército e na Marinha cresceu a adesão às teses continentais ou hemisféricas, os oficiais integralistas (depois do assalto de maio) e simpatizantes do fascismo, quando não reformados compulsoriamente, foram aderindo ao governo Vargas, ou melhor, ao Estado Novo. Os germanófilos refratários às novas posições do Governo foram sendo superados e perderam a coragem de lutar abertamente pelas suas tendências pró-Alemanha.

Sabemos que o fator econômico pesava cada vez mais na posição brasileira. A hipótese de um bloqueio marítimo da Alemanha (predominantemente continental) deixava improvável qualquer aliança comercial e muito menos militar sólida com aquele país.

PRESSÕES DA GUERRA

A beligerância da Inglaterra, consequência da invasão da Polônia no dia 1º de setembro de 1939, foi decisiva para os Estados Unidos da América e, por via de consequência, para o Brasil.

As ilhas britânicas eram o escudo físico do continente americano, a origem cultural e política dos Estados Unidos.

Por isso, desapareceu a influência do isolacionismo nos Estados Unidos, ganharam os que se preocupavam com a preparação para a guerra.

Por tudo isso, no final do ano, cresceram as abordagens políticas dos Estados Unidos junto ao Brasil, em vista de sua marcante importância estratégica. Formularam-se planos de guerra que logo se transformaram em ações preparatórias da Embaixada norte-americana e de autoridades militares com cobertura diplomática no Brasil.

A posição norte-americana em relação ao Brasil está esclarecida por revelações em livros, especialmente dois deles publicados pela Biblioteca do Exército, *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-45*, de Frank McCann Jr, e *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*, de Conn e Fairchild, além do magistral trabalho do Coronel Nilton Freixinho, *Instituições em Crise, Góes Monteiro e Dutra - Duas Vidas Paralelas*, pela mesma editora. Há muitas referências sobre o assunto dois alentados livros do General Paulo de Queiroz Duarte sobre o Nordeste durante a Segunda Guerra Mundial, um deles também pela Biblioteca do Exército. Referências interessantes estão em *O General Góes Depõe*, de Lourival Coutinho.

Havia dois fundamentos no planejamento militar do Departamento de Estado: o saliente nordestino era vital para o domínio da *Cintura do Atlântico*, o canal que separa Natal de Dacar.

O Eixo tinha possibilidade de chegar com tropa na região, pelos seus frequentes sucessos militares na África e pela cooperação do Governo francês de Vichy no Noroeste africano; a Inglaterra fora derrotada na África.

Naqueles planos, a defesa do Nordeste brasileiro competia aos Estados Unidos, de preferência com a anuência do Governo brasileiro, sob o argumento de que os meios militares brasileiros eram completamente incapazes para tal responsabilidade.

Considerava-se ainda que havia a possibilidade alarmante de um *golpe nazifascista* no Brasil apoiado por militares simpatizantes e colonos do Sul, o que induzia os planejadores do Departamento (vasta documentação hoje revela tal realidade) a considerar uma ocupação do Nordeste *à revelia*, na iminência da ação do Eixo na região.

Assim, de um lado havia o desejo dos Estados Unidos de colocar tropas terrestres no nordeste. Do outro, havia a determinação dos militares brasileiros (Marinha e Exército) de que a defesa do território nacional fosse tarefa brasileira, embora com apoio em armas e materiais dos Estados Unidos.

Admitia-se a existência de bases aéreas e navais daquele país na região, por necessidade militar evidente, mas sem *ocupação do território*. Sobre isso discorreremos mais adiante.

Vejamos alguns passos dados pelo governo Vargas a partir do início de 1939.

Motivado pelo interesse em desenvolver a economia nacional, foi enviado aos Estados Unidos o Ministro Aranha, das Relações Exteriores, numa viagem de cinco semanas (fevereiro e março de 1939), onde havia sido por anos embaixador.

Na viagem, tratou de empréstimos, de apoio financeiro e técnico para a indústria nacional e de exportação de borracha, minérios e produtos alimentícios para os norte-americanos. No âmbito militar, esperava-se algo que definisse o fornecimento de material bélico ao Brasil pelos Estados Unidos. As leis norte-americanas ainda não o permitiam.

A missão de Aranha foi considerada um sucesso por ambas as partes e acertaram-se visitas do General Marshall (Chefe de Estado-Maior) ao Brasil e do General Góes Monteiro, seu correspondente funcional, aos Estados Unidos, que ocorreram ainda naquele ano de 1939.

A visita de Marshall foi considerada positiva pelas demonstrações de afeto do povo no Rio de Janeiro e outras cinco cidades. Ele falou aos oficiais brasileiros e, segundo Conn e Fairchild (ver bibliografia de referência), *criou um clima de intimidade entre os exércitos das duas nações e os pôs no caminho de um ideal de colaboração durante a guerra.*

Mas, na verdade, Marshall pouco conseguiu convencer e nada levou de compromisso. Deixara alarmante desejo nor-

te-americano de colocar tropas terrestres no Nordeste e de assumir as responsabilidades de sua defesa. Deixou a idéia de que o Congresso dos Estados Unidos ainda não havia liberado a venda de armas para a América Latina.

Góes Monteiro, por sua vez, quando retribuiu a visita, deu um recado diplomático da posição brasileira que podemos resumir nos seguintes pontos: primeiro, o Brasil tinha preocupações de segurança ao sul, com a Argentina e com os colonos alemães; segundo, a defesa do Nordeste seria feita por tropas brasileiras contando com material fornecido pelos Estados Unidos; terceiro, o Brasil cederia locais para a instalação de bases aéreas e navais dos Estados Unidos, nas ações de defesa do território brasileiro.

Em outras palavras, surgia oficialmente a tese contrária à permanência de tropas terrestres norte-americanas, consideradas como uma ocupação lesiva à soberania brasileira e um engajamento prematuro do País na guerra, já que, apesar da neutralidade norte-americana, cedo eles entrariam no conflito. Por outro lado, sentiu-se na visita do general brasileiro a tendência para uma aproximação estreita com os Estados Unidos.

E, para confirmar a tendência para aquele alinhamento militar, o General Góes Monteiro, logo depois da invasão da Polônia (1º de setembro de 1939), tele-

...de um lado havia o desejo dos Estados Unidos de colocar tropas terrestres no Nordeste. Do outro, havia a determinação dos militares brasileiros (Marinha e Exército) de que a defesa do território nacional fosse tarefa brasileira, embora com apoio em armas e materiais dos Estados Unidos. Admitia-se a existência de bases aéreas e navais daquele país na região, por necessidade militar evidente, mas sem ocupação do território.

grafou ao seu confrade Marshall dizendo que era *virtualmente necessária uma colaboração mais cerrada entre os Estados Unidos e o Brasil, por haver agora um perigo iminente e real para os dois países.*

Para o Departamento de Estado, a questão das bases aéreas e navais no Nordeste, mesmo com as restrições quanto à presença de suas forças terrestres, já era um aspecto muito promissor sobre a posição brasileira.

Hoje estão publicados os documentos e comentários da época no âmbito do planejamento de guerra norte-americano. Aí estão os planos *Rainbow*, de um a cinco, prevendo o emprego, no Nordeste e em outras regiões do País, de até 84 mil homens, para debelar revoltas internas de colonos alemães e de nazifascistas, garantir a estabilidade do Governo, trazendo em seu bojo evidente interveniência em nossos assuntos internos.

Assim, vê-se que os Estados Unidos não confiavam na capacidade defensiva brasileira, nem o Governo brasileiro confiava nas intenções dos norte-americanos na ocupação de nosso território. Esse foi o pomo de discórdia nunca resolvido. Caducou quando a ameaça alemã deixou de existir em novembro de 1942, na *Operação Torch*, invasão norte-americana do norte da África.

REAÇÕES NACIONALISTAS DO BRASIL

Creio que o governo Vargas e seus generais levaram a pecha de colaboradores do nazifascismo também porque reagiram aos planos de ocupação do Nordeste por forças norte-americanas.

Tal juízo é confirmado pelas impressões do General norte-americano Lehman Miller, chefe de missão militar no Brasil,

que, em junho de 1940, depois de pressionar o General Góes Monteiro, em pleno Estado-Maior do Exército, afirmou ao Embaixador Gaffery que os oficiais brasileiros eram germanófilos.

O incidente criou farta documentação esclarecedora da nossa posição. E por muito pouco esse general não foi considerado *persona non grata*, a pedido do General Góes Monteiro.

O Ministro Dutra escreveu a respeito do assunto ao Presidente Vargas, no dia 5 de junho:

...querem, sob a aparência de aliança, o domínio; pedimos armas para a nossa tropa e oferecem tropa armada para substituir a nossa. (...) replicam em defender eles próprios a nossa terra, restando a nós apenas o consolo de assistirmos à luta entre estrangeiros, nos ares, nos mares e nas praias de nossa terra.

Afirmou ainda o ministro que os Estados Unidos queriam fazer no Brasil o que faziam nas colônias africanas e nas possessões asiáticas, desconhecendo que nosso País era livre.

E o Presidente respondeu-lhe por escrito, no dia 16, dizendo que tais eram também os seus conceitos sobre soberania quando se tratava da *guarda de nosso território e da defesa dos interesses nacionais.*

Fato interessante é que o desenvolvimento das negociações no Estado-Maior do Exército levou o General Miller a retificar suas impressões em correspondência para o Departamento de Guerra (Coronel Ridgway), dizendo que os oficiais brasileiros eram altamente nacionalistas, ciuamentos de sua soberania e opostos a qualquer medida imprudente na questão das tropas norte-americanas.

Em outubro de 1940, na visita especial do General Góes Monteiro aos Estados Unidos, depois desse período de conversações desde junho, chegou-se ao Acordo de Cooperação (depois chamado de Convênio Político-Militar Brasil-EUA), no dia 28 daquele mês, ampliado e tornado ostensivo depois da beligerância, no dia 11 de abril de 1943, sob o título de Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

Junto com os entendimentos na esfera do Exército, ocorreram outros por meio de representantes do Ministério da Marinha e da recém-criada Força Aérea, cujos resultados práticos foram os seguintes:² primeiro: créditos para o Programa de Melhoria de Aeroportos a ser implantado pela Pan-American no Brasil, com 16 campos de pouso em áreas de valor estratégico; segundo: fornecimento de armas solicitadas para o Exército Brasileiro, com vistas à defesa do Nordeste (foi entregue uma relação dias depois); terceiro: fornecimento de material naval para a Marinha Brasileira e de aviões para a Força Aérea, acertando-se medidas de treinamento de pessoal; quarto: as operações navais e aéreas sobre o mar, nas regiões próximas da costa, não seriam motivo de restrições pelo Governo brasileiro; quinto: criação da Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos para o tratamento das questões de defesa comum (trabalhos iniciados no dia 23 de julho de 1941); sexto: o Governo brasileiro autorizava a construção de bases aéreas e navais norte-americanas no Nordeste e comprometeu-se a

defender o Hemisfério Ocidental com tropa terrestre.

Comentando tais avanços na aproximação militar do Brasil com os Estados Unidos, sob o modesto título de *Acordo de Cooperação*, vários autores brasileiros³ embora no estado de neutralidade de ambos os países, consideram-nos como autêntico engajamento de nosso País na futura guerra ao lado dos norte-americanos, de forma irreversível. Na verdade, teve força de um tratado. E, em torno disso, nosso Governo recebeu inúmeros pedidos de esclarecimentos e protestos da Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro, pelo embaixador Curt Prüfer.

Estava superado, dessa forma, o acidente de percurso daquele discurso do Presidente Vargas, no dia 11 de junho de 1940, quando classificou de decadentes os regimes liberais e fez a apologia do autoritarismo, no momento em que a França capitulava (*...passou a época dos liberais imprevidentes*).

Desmentida por nota do DIP a intenção governamental pró-Eixo, em termos combinados no Itamaraty entre Aranha, Gaffery e Góes Monteiro, o incidente foi sendo superado pelos fatos concretos do engajamento brasileiro na defesa do hemisfério ocidental, expressão usual na época.

DECISÃO DE ENGAJAMENTO

Devemos recordar alguns fatos dessa época que apontavam a posição brasileira no continente americano:

² Chamo a atenção para as evidências de tais compromissos na posição brasileira pró-Estados Unidos.

³ General Paulo Duarte e Almirante Saldanha da Gama.

- Setembro de 1939, declaração de guerra da Inglaterra contra a Alemanha e bloqueio do Atlântico. Desapareceram as esperanças de intercâmbio do Brasil com a Alemanha.

- Junho de 1940, autorização do Governo brasileiro para que aviões militares dos Estados Unidos executassem o levantamento aerofotogramétrico do Nordeste, com vistas à construção de bases aéreas e navais norte-americanas.

- Julho de 1940, II Reunião de Consulta de Havana: *Todo atentado de parte de um Estado não americano (...) deverá ser considerado como um ato de agressão contra todos os estados americanos.*

- Janeiro de 1941, Lei Pittman autorizou o Governo norte-americano a fornecer armas aos países latino-americanos.

- Julho de 1941, chegada a Recife da Força Tarefa 3, dos Estados Unidos, comandada pelo Almirante Ingram, encarregada das *Patrulhas da Neutralidade*, onde fez base. Na verdade, patrulhava no Atlântico Sul para uma esquadra inglesa na Guiné e controlava o tráfico marítimo e os submarinos alemães.

- Agosto de 1941, assinatura pelos Estados Unidos e Inglaterra da *Carta do Atlântico*, que previa cooperação militar até a *destruição total do Eixo* (art. 6º). Nessa situação os Estados Unidos entraram virtualmente na guerra, e com eles o Brasil, pelas posições tomadas até então.

- Outubro de 1941, assinatura pelo Brasil do *Lend Lease*, empréstimo de US\$ 200 milhões, para aquisição de material bélico nos Estados Unidos.

Assim foi, em traços amplos, o processo de engajamento do Brasil na Segunda Guerra Mundial pelos Aliados.

AGRESSÃO AO CONTINENTE, POSIÇÃO BRASILEIRA

A agressão japonesa ao Havai (7 de dezembro de 1941) colocou os Estados Unidos na guerra contra o Eixo.

O Brasil imediatamente confirmou seus compromissos anteriores firmados em Havana, e sua neutralidade já um tanto suspeita foi completamente comprometida quando iniciada por Osvaldo Aranha a III Reunião de Consulta do Rio de Janeiro, no dia 15 de janeiro de 1942, vésperas de nosso rompimento de relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, no dia 22.

Os discursos de Aranha, naquela oportunidade mostrando os horrores do autoritarismo nazifascista e as excelências da democracia no Hemisfério Ocidental, são razões suficientes para não mais se duvidar do engajamento do Brasil na guerra que ainda não havia sido formalmente declarado.

Tal posição foi classificada pelo Embaixador alemão Curt Prufer de *inevitavelmente uma declaração de guerra do Brasil ao Eixo*, responsabilizando nosso País por qualquer *hostilidade por parte dos meios militares do III Reich*.

Há que se reconhecer que Prufer tinha alguma razão: o Governo brasileiro, imediatamente, autorizou a Marinha do Brasil a prestar apoio irrestrito aos meios navais norte-americanos e recebeu a 4ª Esquadra dos Estados Unidos, já beligerante, em Recife e Salvador, ampliando os meios da FT3 do Almirante Ingram.

Segundo nossa Marinha, nesses dias, *forças navais brasileiras já vinham patrulhando as águas do Nordeste à procura de submarinos alemães, e um esquadrão de avi-*

ões Catalina da Marinha dos Estados Unidos baseava-se em Natal, a partir de 16 de setembro (1941). (*História Naval Brasileira*, SDGM, 5ª volume, tomo II, p. 267.

Em consequência da beligerância norte-americana, o tráfego marítimo no Caribe e no Atlântico Norte passava por uma zona de guerra onde o Eixo desenvolvia intensa e mortal campanha submarina iniciada em fevereiro de 1942. Nela, entre fevereiro e julho, o Brasil perdeu 13 mercantes com 132 mortos, o que, segundo as respostas aos nossos reclamos junto ao III Reich, foi consequência de *contrabando de guerra*, posto que os mercantes brasileiros transportavam para o inimigo minérios, produtos vegetais e alimentos em troca de armamento e munições.

Nossos mercantes passaram a transportar canhões e metralhadoras anti-submarino, algumas vezes com guarnições norte-americanas, fato considerado como ato de beligerância pelos alemães.

Com muitas razões políticas, econômicas e estratégicas, o relacionamento militar brasileiro com os Estados Unidos ampliou-se. Passamos a aceitar, em princípio, o emprego de tropa terrestre norte-americana no Nordeste, mediante autorização explícita do Governo, no caso de uma iminente agressão do Eixo na região, fato que, felizmente, não se concretizou.

O Nordeste foi guarnecido por duas divisões de infantaria em parte com armamento importado dos Estados Unidos, unidades deslocadas do sul para a re-

gião. Bases aéreas e navais norte-americanas serviam de suporte à chamada Batalha do Atlântico Sul, na qual os submarinos alemães torpedearam 53 mercantes aliados, afora 18 navios brasileiros.

A Força Naval do Nordeste, comandada pelo Almirante Soares Dutra, participou de todos os lances da guerra, integrando a 4ª Esquadra do Almirante Ingram, na caça aos submarinos do Eixo e na proteção de nossos comboios.

Foram afundados ao longo de nossa costa 11 submarinos alemães e feitos prisioneiros uma centena de seus submarinistas.

O ataque submarino de agosto iniciava uma operação contra os suprimentos que o Brasil estava entregando, via marítima, para os Estados Unidos beligerante.

AGRESSÃO AO BRASIL. BELIGERÂNCIA

Creio que poderei, então, concluir apontando as provas, os depoimentos e as argumentações sobre a autoria dos torpedeamentos de agosto.

Provas em documentos e depoimentos

- Conferência do historiador naval alemão Jürgen Bohwer, diretor do Museu de Stuttgart, na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, em 28 de março de 1982:

...mas então o comando alemão tomou uma péssima decisão quando em 7 de agosto (1942) o U-507 recebeu pelo rádio a mensagem para usar manobras livres ao longo

das costas do Brasil (*Navigator*, janeiro/dezembro de 1982, p.15).

Segundo o conferencista, Hitler deu ordens ao chefe da Marinha para planejar um grande ataque submarino aos portos do Brasil que, por motivos políticos do Ministro do Exterior, foi suspenso. Permaneceu a idéia do ataque pelo U-507.

• Memórias do Almirante Karl Dönitz (*Ten Years and Twenty Days*), a respeito dos torpedeamentos de agosto:

Foi evidentemente um erro ter impellido o Brasil a uma declaração de guerra oficial (...) os comandantes de flotilha, entretanto, como membros das Forças Armadas, não tiveram opção, senão obedecer às ordens... (O Nordeste na Segunda Guerra Mundial, General Paulo de Queiroz Duarte).

• *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, do Almirante Artur Oscar Saldanha da Gama.

Detalhes da Campanha do Atlântico Sul ocidental pela flotilha de submarinos do III Reich alemão e da Itália, com base nos relatórios militares alemães e italianos entregues ao Brasil pelo *Naval Historical Branch*, de Londres, e do *Ufficio Storico*, de Roma. Os relatórios foram examinados por historiadores navais e lingüistas no Simpósio sobre a Marinha Brasileira na Segunda Guerra, Serviço de Documentação Geral da Marinha, em 1974, todos julgados autênticos.

Há detalhes íntimos sobre as ações do U-507, comandado pelo Capitão Haro Schardt, naqueles torpedeamentos de agosto.

• Revista naval *Navigator e História Naval Brasileira*, seriada, 5ª volume, tomo II, do Serviço de Documentação Geral da Marinha.

Detalhes e provas históricas sobre aquela campanha.

Argumentos de natureza histórica

Primeiro: A Declaração de Guerra do Brasil ao Eixo atribui a autoria dos torpedeamentos à Alemanha. A Alemanha até hoje não contradisse tal acusação, isto é, admitiu sua autoria.

Segundo: Que motivo teria o Governo norte-americano para levar o Brasil à guerra ao seu lado de forma tão aviltante, se já havíamos demonstrado, desde outubro de 1940, uma definição evidente a seu lado, se já estávamos com as relações diplomáticas e comerciais cortadas com a Alemanha, tínhamos a Comissão Militar Mista para o planejamento de defesa conjunta, havíamos cedido as bases navais e aéreas no Nordeste para a FT3, depois 4ª Esquadra dos Estados Unidos? Marinheiros, aviadores e soldados brasileiros estavam sendo instruídos por militares norte-americanos.

Terceiro: A documentação alemã sobre os torpedeamentos nunca foi contestada oficialmente por nenhum governo ou entidade. A autoria norte-americana não está provada em nenhum documento ou testemunho.

Baseia-se exclusivamente em suposições.

Assim, está a questão submetida ao julgamento de cada um.

De minha parte, como brasileiro, eu me sentiria mortalmente envergonhado se a autoria dos torpedeamentos de agosto tivesse sido daqueles que depois nos comandaram no Teatro de Operações da Itália.

Seria um vergonha nacional e uma ignomínia de nossos aliados. ●

BIBLIOGRAFIA

- CANSANÇÃO, Elza, *E Foi Assim que a Cobra Fumou*, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1987.
- CARVALHO, Estevão Leitão de, *A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Edição A Noite, Rio de Janeiro, 1952.
- CASTELLO BRANCO, Manoel Tomaz. *O Brasil na II Guerra Mundial*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1960.
- COON, Stetson e FAIRCHILD, Byron, *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 2000.
- COUTINHO, Lourival, *O General Góes Depõe*, Ed. avulsa, Rio de Janeiro, 1956.
- DUARTE, Paulo de Queiroz, *Dias de Guerra no Atlântico Sul*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1968.
- , *O Nordeste na II Guerra Mundial*, Ed. Record, Rio de Janeiro, 1971.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, *História do Exército Brasileiro, Perfil Militar de um Povo*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1972.
- FREIXINHO, Nilton, *Instituições em Crise, Góes Monteiro e Dutra - Duas Vidas Paralelas*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1997.
- GAMA, Almirante Arthur Oscar Saldanha da, *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Capemi Ed. e Gráfica Ltda., Rio de Janeiro, 1982.
- MCCANN JR, Frank, *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-45*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1995.
- NAVIGATOR, periódico, Subsídios para a História Marítima do Brasil, nº 8, janeiro/dezembro de 1982.
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA, *História Naval Brasileira*, 5º volume, tomo II, Rio de Janeiro, 1985.

*“É dever de cada um perseverar
no culto das virtudes militares e no pleno
exercício da liderança construtiva,
bases sólidas para o erigir da autoridade
e do cumprimento do dever.”*

Marcello Rufino dos Santos